

**CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR REINALDO RAMOS - CESREI
FACULDADE REINALDO RAMOS - FARR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS**

CHARLES DAYAN RAMOS TARGINO

**O DIÁRIO DE UM PATRULHEIRO: UMA ANÁLISE DO TRABALHO
DESENVOLVIDO PELA RÁDIO PATRULHA NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE**

Campina Grande – PB
2021

O DIÁRIO DE UM PATRULHEIRO: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA RÁDIO PATRULHA NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE¹

THE DIARY OF A PATROLMAN: AN ANALYSIS OF THE WORK DEVELOPED BY RADIO PATROL IN THE CITY OF CAMPINA GRANDE

RESUMO

O trabalho desenvolvido pela Polícia Militar é constante, sendo um dos pilares responsáveis pela segurança Pública, trabalhando principalmente na ostensividade e na prevenção de crimes dentro dos respectivos Estados da federação e o Distrito Federal. As forças militares de segurança pública possuem um atendimento básico que liga a comunidade com a Polícia Militar que é a Rádio Patrulha, é nessa atividade corriqueira que a polícia tenta inibir as práticas delituosas dentro de uma comunidade, é ela a primeira a ser acionada no surgimento de conflitos e quebra da vigência da lei penal. Esse trabalho atende das mais variadas ocorrências, esse tipo de atividade é a porta de entrada da função policial na vida das pessoas, gerando um link entre polícia e comunidade, fazendo com que o policial desenvolva uma experiência gigantesca por atender das mais variadas solicitações. Com isto essa pesquisa vem mostrar um pouco das atividades desenvolvidas pela a Rádio Patrulha especialmente na Cidade de Campina Grande no Estado da Paraíba onde os dados foram catalogados e expostos nesse trabalho.

Palavras-chave: Ostensividade. Rádio Patrulha. Segurança pública.

ABSTRACT

The work carried out by the Military Police is constant, being one of the pillars responsible for Public security, working mainly on publicity and crime prevention within the respective states of the federation and the Federal District. The military forces of public security have a basic service that connects the community with the PM that is Rádio Patrulha, it is in this common activity that the police try to inhibit criminal practices within a community. and breaking the validity of criminal law. This work attends to the most varied occurrences, this activity is the gateway of police activity in people's lives, generating a link between the police and the community, causing the police to develop a gigantic experience by meeting the various requests. With this, this research comes to show a little of the activities developed by the Rádio Patrulha especially in the City of Campina Grande Paraíba where the data were cataloged and exposed in this work.

Keywords: Ostensibility. Radio Patrol. Public security.

¹ Artigo desenvolvido para a conclusão do curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais pela CESREI- Centro Educacional de Ensino Superior Reinaldo Ramos no ano de 2020

INTRODUÇÃO

A segurança pública sempre foi retratada das mais variadas formas dentro do meio cultural e até dentro do imaginário popular, houve uma época que as crianças brincavam abertamente nas ruas de polícia e ladrão, em que para alguns a meta era ser policial quando atingisse a vida adulta, existia certo glamour vislumbrado pelos pequenos olhos infantis. Por outro lado a mídia mostra o lado bruto e visceral do trabalho policial com críticas partidárias ou não, o trabalho desenvolvido pela polícia militar nas ruas das milhares de cidades espalhadas pelo Brasil é vista e criticada ou defendida, dependendo do ponto de vista de quem percebe minimamente o assunto relacionado com a segurança pública.

No nosso país existe uma polarização muito forte quando o assunto é o trabalho da polícia militar, os extremos aqui são gritantes é muito difícil ou quase impossível a opinião pública em geral ter um pensamento moderado quando o assunto é esse que estamos abordando, de um lado temos os armamentistas que afirmam que “bandido bom é bandido morto” e que a polícia devia sim matar qualquer meliante que encontrasse pela frente e existe aqueles que acreditam que é a polícia que faz o crime acontecer, ou seja, essa parcela da população vê o policial como o criminoso da situação como mostra o relato do autor Rodrigo Nogueira em sua obra Como Nascem os Monstros.

Como os lobos, os policiais militares organizam-se em matilhas. Os grupos são bem formados e diferenciados uns dos outros de acordo com a função exercida nas ruas (NOGUEIRA, 2013, P.273).

Observa-se no trecho que o termo lobo é utilizado pejorativamente para os policiais como uma força que ataca em bando e de forma desigual e injusta, esse termo é um dos mais brandos que foi utilizado, músicas chamam policiais de porcos, ladrões e outros termos mais impactantes ainda. Porém esse trabalho não está aqui para trazer essa discussão à baila, muito menos vou esconder o fato que existem sim policiais que se desviaram da função e cometeram inúmeros crimes utilizando o poder de polícia. Porém o trabalho em questão se limita a trazer um pouco das funções desenvolvida pela polícia militar no seu cotidiano através da Rádio Patrulha elemento imprescindível para o trabalho da polícia militar nas ruas já que a mesma é responsável pelo desenvolvimento da ostensividade policial pregada exaustivamente

como um dos pilares da segurança pública no Brasil e conseqüentemente no setor estudado por essa pesquisa.

Esse trabalho vai esboçar de forma prática a organização e as principais atividades dos patrulheiros que compõem o serviço de rádio patrulha da polícia militar do Estado da Paraíba, lembrando que as páginas a seguir, retratam uma visão empírica dessa atividade e que não chega a abordar a totalidade desse assunto, já que o tema é vasto de conteúdo e profundo nas interpretações de quem estuda e conhece o tema, na verdade a intenção é mostrar um pouco do cotidiano desse trabalho desenvolvido por essa força policial.

UM BREVE RELATO SOBRE A ORIGEM DA POLÍCIA²

Ao longo da história da humanidade quando surgiram as primeiras cidades no vale do “crescente fértil³” como os centros da Mesopotâmia, Egito e chegando à Europa através da Grécia e de Roma, apareceu uma relação direta entre a lei; oral e escrita como uma forma de normatizar o comportamento do homem de acordo com esses ditames, quando havia uma ação de uma pessoa ou de um grupo que colidia com o que era estabelecida nos códigos vigentes era necessário uma força para conter e reprimir os infratores por terem desrespeitado as autoridades e a lei, esse tipo de função está relacionado ao trabalho desenvolvido pela polícia hoje. Uma resposta do Estado que deveria ser vista e escutada pelo povo para garantir a autoridade de quem governa e manter a subserviência da população dentro desse enquadramento político.

Sabemos que o termo polícia em sua origem é mais preciso dentro das civilizações do período Clássico, como mostra a Revista Brasileira de Ciências Políticas:

A palavra polícia tem um longo percurso onomasiológico. Nasce na Antiguidade Clássica greco-romana, com o vocábulo ‘politeia’ dos gregos e ‘politia’ dos romanos, com o significado de governo da Cidade-estado. (PERIODICOS.PF.GOV,BR, acessado em 21/04/2021)

² As informações históricas foram baseadas no conhecimento do pesquisador que é formado em História pela Universidade Federal de Campina Grande no ano 2009.

³ Região localizada entre o Egito no Norte da África e o Oriente Médio no continente asiático.

É notório que durante séculos quem desenvolvia tal função eram grupos atrelados as autoridades do momento, como por exemplo, no Estado Moderno quem era incumbido de tal preceito era os exércitos controlados pelo Rei, por muito tempo havia uma fusão de responsabilidades dessas forças que desenvolviam as defesas em tempo de guerra, mas também exercia a função policial dentro das cidades e comunidades do seu respectivo país.

Durante toda a antiguidade, medievo e idade moderna, os grupos que desenvolvia o “trabalho de polícia”, estava mais atrelados a atender as vontades de um grupo que geralmente era a elite controladora dos recursos e das riquezas em detrimento de grupos marginalizados e desprovidos dentro de uma organização social.

No Brasil essa prática não foi diferente, as primeiras forças que desenvolveram o poder de polícia aqui foi o exército português, durante o processo de colonização lusitano na região, em seguida a própria população colonial para se proteger das hostilidades de certas tribos indígenas e estabelecer um mínimo de segurança dentro dos arraiais e vilarejos no Brasil, desenvolveram as milícias, formadas por homens das comunidades com o intuito de proteger o local, mas seguindo aquela máxima dita em parágrafos anteriores, na prática defendia um grupo abastado em detrimento de outro necessitado e revoltoso.

Outro momento da história brasileira que trata do desenvolvimento de forças armadas imbuídos de poder de polícia foi com a chegada da família real portuguesa no Brasil em 1808, o príncipe regente na época o Don João criou uma força com homens armados para proteger a família real, a cidade de Rio de Janeiro e garantir a paz e a ordem no local, nascia assim à polícia militar do Rio de Janeiro como mostra o site institucional daquele Estado.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro foi criada oficialmente através de decreto de 13 de maio de 1809, assinado pelo Príncipe Regente Dom João, estabelecendo a então Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte. Esta norma é considerada a certidão de nascimento da PMERJ e também a origem da primeira Polícia Ostensiva do Brasil.(RJ.GOV.BR, acessado em 24/04/2021),

Vale ressaltar que o documento régio trata da fundação exclusivamente da polícia militar do Rio de Janeiro e que para os outros Estados essa força policial iria

ser criada mais tarde, observe que dentro da citação já traz o conceito de ostensividade, ou seja, uma força policial visual para a população, representando diretamente a força do Estado para a manutenção da paz e da ordem, com o passar do tempo outras províncias fora seguindo o modelo da capital da época criando suas respectivas forças polícias.

No entanto foi no ano de 1831 em pleno período monárquico em que figurava a Regência, que surgiu a chamada guarda nacional que tinha como objetivo de manter a paz e a ordem nesse período entregando aos fazendeiros locais o poder de polícia no intuito de fazer uma atividade preventivo-repressiva em suas respectivas localidades, no cenário paraibano a chamada Briosa⁴ surgiu um ano após. Como mostra a citação abaixo tirada do site oficial do Estado da Paraíba em alusão ao aniversário da corporação.

Sob o Comando de Francisco Xavier de Albuquerque, que foi nomeado Capitão pelo Presidente da Província, e com um efetivo de 50 homens, sendo 15 a Cavalos e 35 a pé, a nova organização foi efetivamente posta em funcionamento no dia 23 de outubro de 1832. O primeiro Quartel ocupado foi o prédio onde antes funcionava um convento e hoje está instalado o Palácio do Arcebispado, na Praça Dom Adauto, no centro da capital paraibana. Suas primeiras missões foram a Guarda da Cadeia e a execução de Rondas no centro da cidade. (PM. PB, Acessado em 27/04/2021).

O texto acima é uma amostra que dentro do cenário nacional o surgimento das polícias militares no Brasil figuraram durante os séculos XVIII e XIX. O texto ainda apresenta a primeira composição do polícia paraibana em questões de efetivo e estrutura que inicialmente ficou mais concentrada na capital.

A PREVISÃO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO POLICIAL NO BRASIL.

Hoje em dia os órgãos de segurança pública acompanham a percepção constitucional de 1988, que em seu artigo 144 mostra a base do trabalho policial no país, citando também as suas divisões nas esferas: federal e estadual, como o exposto abaixo.

⁴ Nome dado a Polícia Militar do Estado da Paraíba em sinônimo de força e bravura. Discurso político desenvolvido dentro dos quartéis da Polícia Militar paraibana.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. (BRASIL, 1988)

Percebe-se que Carta Magna de 1988 tem o cuidado de polarizar o poder de polícia em várias instituições para que o mesmo não se concentre em um único órgão, principalmente dentro dos estados onde há um particionamento de responsabilidades na área policial, em que a Polícia Militar desenvolve o chamado trabalho preventivo e a Polícia Civil atua na área repressiva para a elucidação do crime praticado criando a resposta efetiva do Estado através do “Jus Puniend⁵” como mostra o mesmo artigo 144 da CF/88 em seus parágrafos 4 e 5.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. (BRASIL, 1988).

Conhecendo de forma mais clara a função dessas policias no contexto estadual, observa-se que uma complementa a outra no chamado trabalho ordinário que a PM⁶ tenta prevenir com um trabalho ostensivo e caso o crime aconteça a mesma pode e deve encaminhar o autor da infração para ser apurada pela policia civil, com isso chegamos ao cerne do trabalho que é justamente o trabalho preventivo desenvolvido pela policia militar do Estado da Paraíba em especial na cidade de Campina Grande.

Se pegarmos o chamado principia da ostensividade dentro da ceara policial é justamente a presença da polícia de forma nítida e perceptível para a população no intuito de coibir qualquer pessoa que pense em delinquir naquele momento, por isso cabe a policia militar essa incumbência já que a mesma tem todos os requisitos para tal função desde a utilização de uma farda para a identificação imediata do policial

⁵ Expressão latina que pode ser traduzida como o direito de punir por parte do Estado.

⁶ Polícia Militar.

assim como todos os apetrechos do Estado como: viaturas, postos de observação, entre outros.

É nesse princípio de ostensividade que se encontra uma das atividades mais corriqueiras da polícia militar, a chamada Rádio Patrulha, que consiste em um grupo de policiais que varia entre 2 até 4 componentes em uma viatura caracterizada, percorrendo uma área de atuação predeterminada pelo comando local, no intuito de prevenir situações caracterizadas como crimes e atender o chamado da população para uma resolução de conflito. Esse chamado pode ocorrer pessoalmente no momento em que a viatura se depara com alguma ocorrência ou a mesma pode ser chamada via 190 o canal telefônico direto entre o povo e polícia militar.

A BASE DO TRABALHO OPERACIONAL DA RÁDIO PATRULHA: OCORRÊNCIA E PAPELADA.

A pesquisa relacionada com os trabalhos desenvolvidos na rádio patrulha parte da experiência própria do pesquisador, já que o mesmo faz parte dos quadros da polícia militar do Estado da Paraíba, e estava na função de comandante de VTR⁷ da RP⁸ durante os anos de 2013 até início de 2017, atuando na zona oeste da cidade que engloba os bairros do Bodocongó, Severino Cabral, Ramadinha 1 e 2, Serrotão, Mutirão, São Januário, atuando muitas vezes nas Malvinas e até mesmo em São José da Mata. Neste caso o trabalho se apodera da experiência do pesquisador que como já vimos vivenciou essa realidade, além do material acumulado durante esse período como boletins de ocorrência da polícia militar, autos de prisão em flagrante entre outros que foram produzidos durante o decorrer dessa atividade operacional. Nesse caso os documentos aqui apresentados serão mostrados parcialmente cobrindo com uma tarja preta os nomes dos envolvidos, justamente para evitar problemas legais e resguardar o direito de anonimato dos mesmos, porém a narrativa da pesquisa não vai ser prejudicada durante o seu desenvolvimento. Outro ponto em que a pesquisa se agarra são as chamadas

⁷ Termo militar para denomina uma Viatura da Polícia.

⁸ Sigla para Rádio Patrulha.

subnotificações⁹ que ocorrem principalmente nas ocorrências de violência doméstica e perturbação de sossego.

Dentro da labuta realizada pela Rádio patrulha, existe uma dinâmica bem estabelecida para o funcionamento do mesmo, começando pela jornada de trabalho dos componentes que fazem parte da guarnição que justamente um grupo de três militares, o comandante, o motorista e o patrulheiro em uma jornada de trabalho em forma de plantão trabalhando 24hr e folgando 72hs estabelecidas por lei e que em muitas vezes quebram a folga desenvolvendo um plantão extra para a complementação salarial, nesse trabalho foi considerado a escala de serviço normal sem atividades extras, ou seja, 24hs/72hs, isso quer dizer que os componentes trabalham em torno de 7 a 8 dias por mês em forma de plantão e que seguindo essa lógica os policiais da guarnição trabalham uma segundo por mês, uma terça e assim consecutivamente.

Os militares da rádio patrulha, desenvolvem o policiamento ostensivo em uma viatura numa circunscrição territorial pré-estabelecida como foi mostrado as áreas de atuação dessa pesquisa, com isto o grupo percorre o setor tentando inibir os atos criminosos, flagrando os que já estão em andamento e orientando a sociedade em assuntos relacionados não área de segurança pública, por outro lado o grupo pode ser acionado para atender uma ocorrência via chamada de Rádio pela central que recebe as denúncias e ocorrências conhecido como CIOP¹⁰ e distribui para as viaturas que estão na rua patrulhando, seguindo o padrão da zona de atuação, nesse caso com os dados colhidos pela ocorrência em que o solicitante acionou a polícia via o número 190, a VTR chega ao local estabelecido com uma previa noção da situação, por outro lado existem circunstâncias em que o que foi passado pelo solicitante via a ligação do 190 é bastante diferente do que realmente aconteceu a casos em que a viatura vai para uma ocorrência de violência doméstica e se depara com uma tentativa de homicídio, chegando no local a guarnição procura o solicitante que ligou para a PM e em seguida passa a averiguar a situação, que em muitos casos é contornado no local ou seja é uma situação que não houve flagrância e que

⁹ Ocorrências que não chegam a autoridade policial competente para iniciar os tramites legais. Muitas vezes essas ocorrências são resolvidas no local com dialogo e entendimento entre as partes envolvidas.

¹⁰ Centro Integrado de Operações, local responsável por receber as ligações do número telefônico 190 e determinar as viaturas para atender as ocorrências.

os militares conseguiram solucionar, apaziguar a situação, já que em muitos momentos os militares se deparam com situações que não são previstas no código penal, ou que o conflito encontrado foi resolvido com entendimento entre os envolvidos. Por outro lado essa prática gera inúmeras subnotificações para o conhecimento do sistema judiciário, por exemplo, são comuns as ocorrências de discussões entre vizinhos ou entre familiares que estavam com os ânimos exaltados, mas não chegaram a praticar algum tipo penal ou não exista situação de flagrância no momento, com isto a PM tenta resolver de forma amistosa para a solução pacífica da questão, resolvendo a contenda no local e não necessitando o desenvolvimento dos autos da polícia judiciária para a resolução do conflito, mostrando que nem todas as ocorrências enfrentadas pela polícia militar chega no poder judiciário, por outro lado em caso de flagrante as partes são encaminhadas, acusado, vítima e se possível testemunhas para a autoridade policial desenvolver as medidas judiciais cabíveis.

Com uma autuação em flagrante, a rádio patrulha desenvolve um relatório próprio para o controle de suas ocorrências, chamado de “boletim de ocorrência da polícia Militar” esse documento traz informações gerais que será passada para a autoridade policial judiciária, o delegado e em seguida uma cópia é arquivada pela própria polícia militar, o interessante é que durante o período que essa pesquisa foi feita esse documento foi reformulado para um mais robusto que consegue colher mais informações da ocorrência como mostra as imagens a seguir.

Figura 1: Antigo boletim de ocorrência policial militar Imagem alterada com legendas para identificação.

O formulário é dividido em duas páginas. A primeira página contém os seguintes campos:

- Topo:** Logos do PMPB - CPRI e CIOP, e o número 000081.
- Titulo:** BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL MILITAR.
- Informações Gerais:** Data, Vto. PM, Comandante, Solicitante, Endereço (marcado com 'A'), Ocorrência, Local.
- Pessoas Envolvidas:** Seções para ACUSADO(S) (marcado com 'B') e VITIMA(S) (marcado com 'C'). Cada seção pede Nome, End., Prof., Id. n°, e Id. anos.
- Materiais:** Armas e/ou objetos apreendidos (marcado com 'D').
- Testemunhas:** Seção para testemunhas (marcado com 'E') com campos para Nome, End., Prof., Id. n°, e Id. anos.
- RECIBO:** Recebi de _____ hs. de _____ e/ou ACUSADOS e armas e/ou objetos descritos acima.

A segunda página é o formulário de relato da ocorrência, com o título 'Relato minucioso' e o número 1990. O campo de relato é marcado com 'F'.

- A- Dados da ocorrência como: endereço da ocorrência, solicitante que pediu axilio da polícia Militar, tipo de ocorrência e identificação da Viatura e seu comandante.
- B- Dados dos acusados: Nomes, endereções e documentos.
- C- Dados das vítimas: Nomes, endereções e documentos.
- D- Materiais apreendidos com os acusados.
- E- Dados das testemunhas: Nomes, endereções e documentos.
- F- Local para relatar de forma breve a ocorrência

Fonte: Polícia Militar do Estado da Paraíba, 2013

Já a nova versão do boletim de ocorrência é mais complexa fazendo necessario particionar o documento em várias imagens para melhor perceber o conteúdo.

Figura 2: Novo boletim de ocorrência policial militar. Primeira Parte: Características da ocorrência e identificação do solicitante e da viatura e seus componentes.

		ESTADO DA PARAIBA POLÍCIA MILITAR			
BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº _____ - _____ / _____			Nº CIOP/COPOM: _____		
UOp/SUOp	Data da Ocorrência / /	Hora h _____ min.	Endereço da Ocorrência (Rua, Bairro, Cidade e Nº)		
Ponto de Referência					
Natureza da Ocorrência				Código da Ocorrência	
Comandante da Guarnição (Nome, Posto/Grad. e Matricula)			Prefixo da Viatura		
Motorista (Nome, Grad. e Matricula)		Patrulheiro 01 (Nome, Grad. e Matricula)		Patrulheiro 02 (Nome, Grad. e Matricula)	
Nome Completo do Solicitante			Número(s) do(s) Telefone(s) do Solicitante(s) () - () - ()		
Endereço Completo do Solicitante (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)					

Fonte: Polícia Militar do Estado da Paraíba, 2017

Figura 3: Novo boletim de ocorrência policial militar. Segunda Parte: Características dos acusados.

Acusado (s)		
Nome Completo	Data de Nascimento (d/m/a)	
Nome Completo da Genitora	Nº RG/Órgão Expedidor	Nº CPF
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº CNH	
Ponto de Referência	Profissão Declarada	
Informações Biométricas		
Cor da Pele:	Altura Estimada:	Cor dos Cabelos: Cor dos Olhos: Compleição Física: () Normal () Magro () Gordo
Marca(s) Característica(s) (Assinalar)	Alcunha	
() Tatuagem () Cicatriz () Sinal de Nascimento () Outros	(Descrever Marca Característica)	
Nome Completo	Data de Nascimento (d/m/a)	
Nome Completo da Genitora	Nº RG/Órgão Expedidor	Nº CPF
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº CNH	
Ponto de Referência	Profissão Declarada	
Informações Biométricas		
Cor da Pele:	Altura Estimada:	Cor dos Cabelos: Cor dos Olhos: Compleição Física: () Normal () Magro () Gordo
Marca(s) Característica(s) (Assinalar)	Alcunha	
() Tatuagem () Cicatriz () Sinal de Nascimento () Outros	(Descrever Marca Característica)	

Fonte: Polícia Militar do Estado da Paraíba, 2017

Figura 4: Novo boletim de ocorrência policial militar. Terceira Parte: Características das vítimas e testemunhas.

Vítima(s)		
Nome Completo	Data de Nascimento (d/m/a)	
Nome Completo da Genitora	Nº RG/Órgão Expedidor	Nº CPF
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº CNH	
Ponto de Referência	Nº Telefone (s)	Profissão Declarada
Nome Completo	Data de Nascimento (d/m/a)	
Nome Completo da Genitora	Nº RG/Órgão Expedidor	Nº CPF
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº CNH	
Ponto de Referência	Nº Telefone (s)	Profissão Declarada
Testemunha(s)		
Nome Completo	Data de Nascimento (d/m/a)	
Número(s) do(s) Telefone(s) da Testemunha(s)	Nº RG/Órgão Expedidor	Nº CPF
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº CNH	
Ponto de Referência	Profissão Declarada	
Nome Completo	Data de Nascimento (d/m/a)	
Número(s) do(s) Telefone(s) da Testemunha(s)	Nº RG/Órgão Expedidor	Nº CPF
Ponto de Referência	Profissão Declarada	

Fonte: Polícia Militar do Estado da Paraíba, 2017

Figura 5: Novo boletim de ocorrência policial militar. Quarta Parte: Apreensões e relato da ocorrência.

Arma(s) de Fogo Apreendida(s)					
Tipo:	Marca:	Calibre:	Acabamento:	Nº Série:	Dimensão Cano:
Tipo:	Marca:	Calibre:	Acabamento:	Nº Série:	Dimensão Cano:
Cartucho(s) Apreendido(s)					
Quantidade:	Calibre:		Tipo:		
Quantidade:	Calibre:		Tipo:		
Outro(s) Objeto(s) Apreendido(s)					
(Tipo, Marca, Modelo, nº de série, Cor e etc.)					
Relato da Ocorrência					

Fonte: Polícia Militar do Estado da Paraíba, 2017

Figura 6: Novo boletim de ocorrência policial militar. Quinta Parte: Auto de resistência a prisão.

Auto de Resistência a Prisão	
<p>No exercício legal de minha função policial, abordei e dei voz de prisão ao acusado _____, por ter encontrado o mesmo em flagrante delito de crime e/ou contravenção penal de _____ e, porque o infrator não obedecesse, antes resistisse à prisão, apesar das advertências que lhe fiz, foi necessário uso da força moderada e progressiva, empregando para isso _____, do _____, que resultou em _____.</p>	
<p>Para constar, lavro o presente Auto de Resistência à Prisão, que assino com a(s) Testemunha(s) _____ e _____.</p>	
<p>Condutor: _____</p>	
1ª Testemunha _____	2ª Testemunha _____
<p>Recebi às ____ h ____ min., de ____/____/____, o (s) Acusado(s), arma(s) e/ou objeto(s) descritos neste documento.</p>	
Nome: _____	Matrícula: _____ Assinatura _____

Fonte: Polícia Militar do Estado da Paraíba, 2017

Observando primeira imagem, nota-se que o formulário antigo era muito básico, trazendo informações como, a identificação do comandante da guarnição da viatura, do solicitante, local da ocorrência, características dos acusados, vítimas e testemunhas, material apreendido e um local para um breve relato da ocorrência feita pelo comandante da Viatura, já o novo formulário representado pelas figuras 2, 3, 4, 5 e 6 trazem todas essas informações já citadas porem solicitando mais detalhes dos envolvidos na ocorrência como a identificação de todos os militares da viatura, solicitação de traços físicos do acusado, como tatuagens, cicatrizes e a cor

dos olhos, assim como a solicitação de dados de vários documentos, antes era só o Registro Geral, agora além do RG se pede Cadastro de Pessoa Física e até carteira nacional de habilitação caso as partes envolvidas tenham tal documento, esse novo formulário tem ainda em mini documento de auto de Resistência a prisão caso haja a necessidade do policiais militares utilizarem da chamada força necessária para conduzir o acusado a delegacia. O problema do novo formulário é quem nem sempre se consegue preencher todas as informações solicitadas, já que existe uma disparidade entre o que esta sendo solicitado no documento com a realidade da ocorrência em que existem momentos em que o acusado se recusa a ceder qualquer tipo de identificação, porem o novo formulário não prejudica o andamento dos trâmites legais, já que esse documento foi feito para enriquecer os detalhes de informações da ocorrência, mas se for só apurado o básico das informações a mesma será encaminhada da mesma forma.

Vale citar que quando a guarnição de rádio patrulha apresenta um flagrante à autoridade policial, Um documento vai ser lavrado pelo delegado relatando a situação encontrada pelos militares, como o auto de prisão em flagrante, mostrando as autoridades policiais envolvidas, os policiais militares, vitimas e acusados, fazendo com que a competência do caso passe a ser exclusivamente da polícia judiciária.

AS OCORRÊNCIAS MAIS FREQUENTES NO TRABALHO DA RÁDIO PATRULHA.

A Rádio patrulha é praticamente o cartão de visitas da Polícia Militar, já que na prática é ela que é enviada pelo CIOP para atender a ocorrência solicitada pela população, nesse caso ela atende das mais variadas situações desde averiguação de um crime de homicídio ate apoiar as viaturas do Samu¹¹ em relação a um chamado de surto psicótico, com isto o policial militar que trabalha nesse expediente já presenciou inúmeras situações das mais hilárias até as mais trágicas. Uma experiência de vida é catalogada por esses policiais que muitas vezes trabalham mais de 24hs seguidas para completar a sua renda mensal.

¹¹ Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

O pensamento popular acredita que a maioria das ocorrências em que a polícia militar se envolve através da rádio patrulha no seu cotidiano são: roubos, furtos, homicídios, tráfico de drogas entre outros, lógico que o policial vai se deparar mais cedo ou mais tarde com essas situações citadas, porém as mais frequentes, estão relacionadas com o chamado “conflitos interpessoais” como a violência doméstica que ganhou um escopo maior com a Lei Maria da Penha e a perturbação de sossego.

OS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Os crimes de violência contra a mulher são responsáveis por um alto índice das ocorrências atendidas pela polícia militar, é notório e perturbador como existe casos de agressões contra as mulheres em que os agressores são seus namorados, noivos, companheiros e maridos. A polícia militar além de tentar apaziguar a situação torna-se uma testemunha de uma triste realidade que é a violência contra a mulher, focando a resolução desse tipo de conflito a Lei Maria da Penha dá um suporte direto para a desenvoltura da ação policial militar, um grande exemplo é quando a violência praticada contra a mulher é física o crime é de ação pública incondicional, ou seja, o agressor deve ser encaminhado para a polícia judiciária, no intuito da lavratura do auto de prisão em flagrante independente da gravidade da agressão, a polícia militar deve apresentar as partes a autoridade policial que é se possível também apresentando testemunhas que presenciaram o ato infrator, por ser um crime que acontece muito no interior das residências é comum não haver testemunhas, nesse caso os próprios militares são arrolados como testemunha da agressão sofrida pela vítima, como mostra o relato do boletim de ocorrência da polícia militar PM20160628224800389¹² no dia 28/06/2016 no bairro das Malvinas na cidade pesquisada em questão.

Por volta das 23h00 do dia corrente, fomos acionados pelo CIOP, para averiguar uma suposta situação de violência doméstica ao chegar no local encontramos a senhora..., a mesma alegava que foi agredida fisicamente pelo seu companheiro o senhor...Em seguida observamos que a solicitante tinha marcas de violência no braço, em seguida levamos as partes para a delegacia de polícia como o intuito de iniciarmos os procedimentos. (Brasil, 2016, p.01)

¹² Identificação padrão para os boletins de ocorrência da polícia militar que ficam registrados nos arquivos da PM.

A narrativa citada acima não relata testemunhas da agressão, nesse caso vale a impressão do militar que constatou alguma escoriação ou hematoma no corpo da vítima, sendo o suficiente para encaminhar o suposto agressor para a autoridade policial, lá essas impressões podem sem ser comprovadas ou não no exame de corpo de delito. Para crimes como esse, a Lei Maria da Penha ampara a mulher na situação narrada, em caso de agressão e sem testemunhas no local, os policiais que conduziram o agressor podem ser arrolados como testemunhas, para narrar justamente o que encontraram no local da agressão contribuindo assim na elucidação do delito.

Ainda observando a problemática da violência doméstica, existe um número alto de casos em que a polícia militar é acionada, mas não encontra situação de flagrância ou o agressor se evadiu do local, nessas circunstâncias, a guarnição de rádio patrulha orienta a vítima a procurar a delegacia especializada da mulher ou mais próxima para fazer a chamada queixa-crime, fazendo com que a polícia militar não tenha o conhecimento do desenrolar dessa situação, já que em inúmeros casos as vítimas não fazem a “denúncia” e a ocorrência vira uma subnotificação em que geralmente esse agressor volta a cometer a violência contra a sua companheira chegando a casos de Femicídio, mostrando um problema grave sobre esse tipo de violência, fazendo com que a lei deve ser revista até chegar a um ponto que condiz mais com a realidade desse delito.

PERTURBAÇÃO DE SOSSEGO

Dentro de todas as ocorrências enfrentadas pela a rádio patrulha a mais recorrente na cidade de Campina Grande e a conhecida “perturbação do sossego”, relacionada diretamente com a chamada lei do silêncio prescrita na lei das contravenções penais

Art. 42 Perturbar o sossego alheio (mediante gritaria, algazarra, abuso de instrumentos musicais, sinais acústicos, dentre outras situações) prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses, ou multa. (BRASIL, 1941).

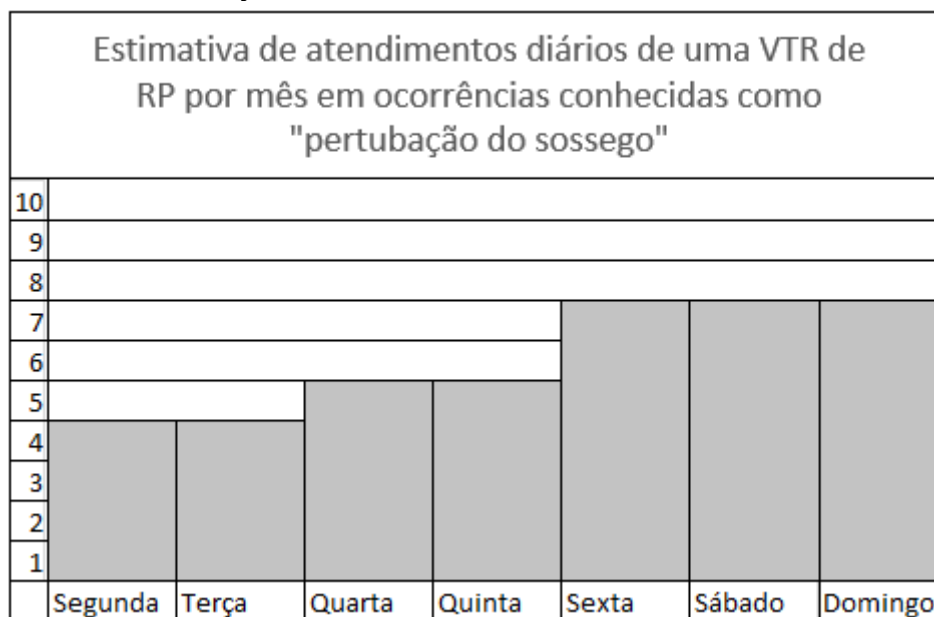
Esse tipo de ocorrência, chega a ocupar uma viatura de RP por várias horas repetidas vezes durante um dia de trabalho e a situação aumenta em finais de semana e feriados, chegando a tomar o tempo de inúmeras viaturas ao mesmo momento dentro da cidade.

Um fato que potencializa o aumento exacerbado desse imbróglio é que o brasileiro é contencioso por natureza, em uma disputa pra quem estar com a razão, não existe um entendimento, potencializando a discussão e finalmente recorrendo a policia militar para a resolução do conflito no local, outro ponto favorável para a ampliação nesse tipo de contenda e que em Campina Grande é notório uma cultura de criação de sons automotivos extremamente potentes os famosos “paredões” que chegam a ser instalados em reboques devido o tamanho do som e consequentemente tendo uma potência de nível dos trios elétricos profissionais, soma-se o desconhecimento da lei do silêncio e da utilização imprudente por parte do proprietário do som, juntamente com o consumo de bebidas alcoólicas, o conflito está armado e mais uma vez o 190 é acionado para averiguar a perturbação de sossego.

Seguindo esta perspectiva e analisando a quantidade de chamados dessa natureza pelo CIOP, podemos montar uma estimativa de quantas vezes uma viatura de rádio patrulha atendeu esse tipo de ocorrência, lógico que aqui os números são contabilizados para baixo, pois esta sendo desconsiderados, os feriados e os meses de festa que Campina Grande possui como os Trinta dias de São João e as festas de fim de ano, a pesquisa se baseou puramente nas reclamações feitas via telefone para a central de operações policiais.

Para dar uma sensação ao leitor da realidade. O intuito é fazer que o mesmo se transporte para a guarnição, já que os integrantes da mesma tem como base de quase todas as suas ocorrências o chamado do CIOP, nesse caso o Gráfico 01 mostra a quantidade dessa situação para a VTR resolver durante os dias da semana dentro do um mês corrente, aqui foi considerado puramente os atendimento de uma única guarnição no setor de cobertura citado inicialmente neste artigo.

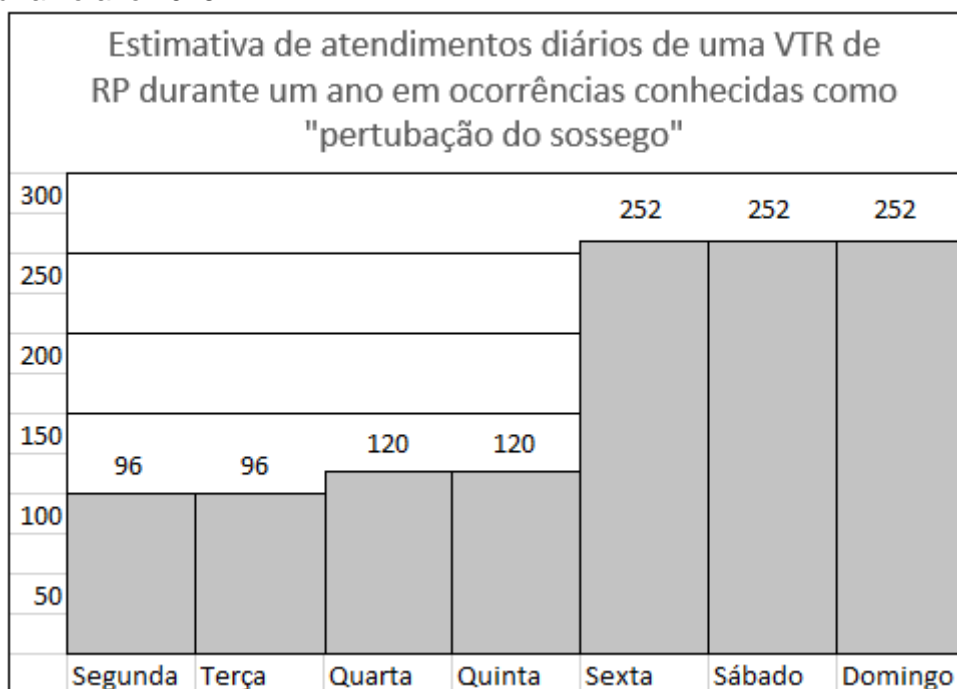
Figura 7: Estimativa de ocorrências geradas pelo CIOP ou em flagrância que não chegam à polícia judiciária no mês de março de 2016.



Fonte Própria, 2016

O Gráfico traz uma estimativa aproximada da quantidade dessa situação dentro de um mês e mesmo assim puxando os números pra baixo da um total de 39 casos dessa natureza sendo que a maioria por falta da presença das vítimas e por um consenso entre as partes naquele momento a contenda é resolvida imediatamente, fazendo com que mais de 90% dessas ocorrências não cheguem à polícia judiciária para os procedimentos cabíveis, durante o impasse a policial militar orienta o proprietário do som para desligar ou baixar o volume do mesmo, gerando uma apaziguação momentânea, por outro gera a chamada subnotificação por não haver o registro dos autos na polícia civil e quem foi repreendido geralmente torna a reincidir esse ato infracional, chegando a ser cômico, a polícia militar repreende e educa várias vezes um cidadão que por repetidas vezes não quer tomar essa lição, voltando a infringir o artigo já citado. Vendo esse tipo de ocorrência se avolumar cada vez mais em um ano de trabalho essa viatura chegara a atender mais de 450 casos desse tipo como mostra o gráfico abaixo:

Figura 8: Estimativa de ocorrências geradas pelo CIOP ou em flagrância que não chegam à polícia judiciária no ano 2016.



Fonte Própria, 2017

A imagem acima segue como referência o gráfico anterior, desconsiderando os feriados e os meses festivos da cidade e os serviços extras, ou seja, o número desses casos de perturbação de sossego são maiores se contarmos todos os detalhes, a estimativa levantada apenas pelas ocorrências solicitadas pelo CIOP é um marco para se perceber a frequência dessa ocorrência e que não existem indícios que ela venha diminuir, muito pelo contrário ele tende a aumentar, segundo relatos dos policiais militares que trabalham na RP, o período de 2020 que esta inserido no contexto da pandemia e do isolamento social essa situação se agravou ainda mais, já que mais gente em casa por mais tempo mais conflitos interpessoais devido ao barulho e festas afetando o sossego alheio.


Vale lembrar que dentro da estrutura da policia militar da Paraíba existe a chamada policia ambiental, um subgrupo da organização militar estadual que pode atuar diretamente na perturbação de sossego, já que esse ato infracional se enquadra como um delito ambiental, o problema é que não existe efetivo e aparelhamento suficiente para cobrir uma área tão extensa como Campina Grande, já que o grupo de policia ambiental que cobre a cidade, também é responsável por outras dezenas de municípios, fazendo com que ela não consiga atender todas as

ocorrências de perturbação do sossego, resultando assim na atuação direta da rádio patrulha nesses casos, para justamente atender essa demanda gigantesca.

OUTROS CRIMES ENFRENTADOS PELA RÁDIO PATRULHA

Como foi dito anteriormente os crimes de perturbação do sossego e violência doméstica tomam boa parte do tempo dos policiais em ação na rádio patrulha. Por outro lado crimes contra o patrimônio também são volumosos, principalmente o roubo a estabelecimentos comerciais e a veículos, principalmente motos, é bastante comum no cotidiano da RP a recuperação de motocicletas que foram roubadas ou furtadas. Nesse caso a polícia militar se deparando com essa situação a mesma encaminha o infrator e o material do crime para a autoridade policial, o infrator pode ser preso em flagrante através do auto de prisão em flagrante e a motocicleta é apreendida até o aparecimento do seu dono devidamente documentado, essa retenção é feita no auto de apreensão e apresentação como mostra a imagem abaixo.

Figura 8: Auto de apreensão e apresentação modificado para omitir os envolvidos na infração.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
10ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL

AUTO DE APREENSÃO E APRESENTAÇÃO

Às 00:47 horas do dia 30 de abril de 2016, nesta cidade de CAMPINA GRANDE - PB, Estado da Paraíba presente se encontra o [REDACTED], DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL, comigo Escrivã do seu cargo, ao final assinado compareceu o APREENSOR, o policial militar [REDACTED] já qualificado, o qual APRESENTOU: **UMA MOTOCICLETA HONDA/ CG 150 TITAN MIX KS, PLACA [REDACTED] COR VERMELHA, LICENCIADA EM NOME DE [REDACTED]** Em seguida, pela mesma Autoridade foi determinado que se procedesse a sua apreensão. O que foi feito. Nada mais havendo a consignar, mandou a Autoridade encerrar o presente auto, que vai ao final assinado por todos.

Fonte: Estado da Paraíba, 2016

Essa ocorrência tem praticamente o “modos operanti¹³” por parte da polícia militar que é apresentar os envolvidos e o produto do crime contra o patrimônio para a autoridade competente, desde um furto de celular até o roubo de um estabelecimento comercial entre outros. Vale lembrar que assim como as ocorrências citadas anteriormente existe um subnotificação gigantesca em relação aos crimes dessa ordem, já que muitas vítimas por medo ou outras circunstâncias não procuram as autoridades para relatar o fato quando sofre esse tipo de crime.

Vendo por outro prisma em relação às ocorrências enfrentadas pelo rádio patrulha, mas que não costumam acontecer com muita frequência, são os homicídios, porém quando esse delito acontece à função da RP ao chegar no local é isolar a área do crime que frequentemente é onde se encontra o cadáver e contatar a autoridade judiciária para iniciar os procedimentos cabíveis no local onde o corpo foi encontrado, como mostra o relato do boletim de ocorrência da polícia militar número PM20160116132400274 no dia 16/01/2016.

Por volta das 13:24 deste dia corrente fomos solicitados pelo CIOP, para averiguar um cadáver que foi encontrado na rua...bairro Pedregal, ao chegar no local foi comprovado que havia um cadáver com estágio de decomposição avançado. O corpo foi identificado como o senhor... que tinha 49 anos. Após encontrarmos o corpo, isolamos a área e entramos em contato com a autoridade competente para iniciar os procedimentos. (BRASIL, 2016, P.01).

O Caso citado acima o corpo foi encontrado dentro de uma residência pelos vizinhos que não suportavam o odor que vinha da casa, nesse caso a polícia é chamada para apurar a causa da morte, sendo geralmente a polícia militar que é acionada e a primeira que chega ao local, a sua competência fica restrita ao isolamento do local e sua preservação. Esse modo de ação também é recorrente nos “locais de desova¹⁴” e quando a confronto com a própria polícia ocorrendo a morte de alguém.

Um fato interessante a ser visto nos casos de homicídios é que não existe uma subnotificação nessa situação, ou seja, enquanto a polícia não encontrar os indícios que seja um homicídio, outras teses são levantadas como desaparecimento,

¹³ Termo em Latim para demonstrar os métodos utilizados pela polícia militar.

¹⁴ Termo utilizado pelo meio policial para retratar locais em que corpos são descartados em casos de homicídios.

sequestro, rapto entre outros, e quando cadáver é encontrado ou aparece evidências fortes que comprovam o homicídio vai ocorrer uma mudança do tipo penal dos que foram citados para o crime contra vida já citado. Mostrando assim que esse tipo é mais perceptível de identificar com o surgimento dos indícios fazendo com que o Estado através da sua força policial opere na solução desse delito que é considerado um dos mais graves conhecidos pela sociedade e pelos códigos jurídicos do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática exposta através deste trabalho é um dos lados desse tema que chega a ser inesgotável quando se pesquisa e escreve, na verdade o serviço desenvolvido pela rádio patrulha traz sempre um novo fator a ser levantado, uma nova história a ser contada, por isso que o trabalho em questão não chegou a arranhar a superfície desse tema tão rico e tão vasto que envolve a segurança pública não só de Campina Grande, Paraíba e sim de todo o Brasil, já que independente da organização das polícias militares espalhadas pelos Estados brasileiros o modelo de rádio patrulhamento é imprescindível para o desenvolvimento do policiamento ostensivo e que por muitas vezes ficou esquecido dentro de pesquisas e trabalhos acadêmicos, sendo lembrados nos meios midiáticos pelos abusos e desvios cometidos pelos policiais envolvidos.

O artigo produzido aqui, não foi de enaltecer ou apedrejar os trabalhos desenvolvidos pela rádio patrulha, o intuito foi de mostrar um pouco do cotidiano em que o patrulheiro desenvolve durante anos em que vivencia este tipo de ação, mostrando principalmente os tipos de ocorrências mais comuns, aquelas que praticamente fazem com que o policial desenvolva uma experiência em lidar com a situação, devido presenciar atos como a violência doméstica, os conflitos interpessoais, crimes contra o patrimônio e contra a vida repetidas vezes. Criando assim uma experiência emocional e profissional para lidar principalmente com as pessoas, já que trabalhar na rádio patrulha é principalmente conviver com as pessoas, seus problemas e suas questões pendentes, sabendo que o ser humano é conflituoso por natureza, mostra que o trabalho da polícia militar não se exaure ele simplesmente se repete. A labuta da rádio patrulha é cíclica, porém até esse

presente momento esse serviço prestado pela polícia militar é indispensável para a manutenção da ordem e da tranquilidade pública dentro das comunidades brasileiras

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Auto de Apreensão e Apresentação da Polícia Civil do estado da Paraíba**, Folha única, Poder Executivo, Paraíba, 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Poder Executivo, Brasília DF, 1988.

_____. **Boletim de Ocorrência da Polícia Militar do Estado da Paraíba, Número PM20160116132400274**, Folha única, Poder Executivo, Paraíba, 2016.

_____. **Boletim de Ocorrência da Polícia Militar do Estado da Paraíba, Número PM20160628224800389**, Folha única, Poder Executivo, Paraíba PB, 2016.

_____. **Lei nº 3688 de 1941- Lei das Contravenções Penais**. Poder Executivo, Brasília DF, 1941.

NOGUEIRA, Rodrigo. **Como Nascem os Monstros: a história de um ex-soldado da polícia militar do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Editora Topbooks, 2013.

PMPB, **Fundação da Polícia Militar do Estado da Paraíba**. PMPB, 2021. Disponível em: < pm.pb.gov.br>. Acesso em: 24 de Abril de 2021.

PMRJ, **Fundação da polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. PMRJ, 2018. Disponível em <rj.gov.br>, Acesso em 24 de Abril de 2021.

RODRIGUES, Afonso João José. **Polícia: etimologia e evolução do conceito**. Revista Brasileira de Ciências Policiais, Brasília, 2018. Disponível <pf.gov.br>, Acesso em 21 de Abril de 2021.